



AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A. CNPJ/ME 22.120.341/0001-33

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma) Relatório da administração

A AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A. (AMBIENTIS) busca oportunidades de investimento e de administração de projetos estruturados de destinação final, tratamento, valorização e aproveitamento energético de resíduos, sempre com o compromisso de preservar o meio ambiente, num quadro de sustentabilidade econômica e social. A Companhia atua em projetos de implantação e operação de aterros sanitários, tratamento, valorização e aproveitamento energético de resíduos, e energia potencial de expansão no setor através de novas tecnologias, projetos estruturados, aquisições e parcerias estratégicas.

planos nas investidas com o objetivo de viabilizar: - A continuidade de suas operações e a proteção dos seus funcionários e clientes, com medidas tais como: disponibilização de infraestruturas tecnológicas (conexões, equipamentos e acessos) para atender à demanda por trabalho remoto (home office), revisão dos protocolos de saúde e segurança e intensificação da higienização dos ambientes de trabalho, antecipação do programa de vacinação contra a gripe, uso de plataformas colaborativas para promover reuniões e encontros virtuais. - A preservação do fluxo de caixa e reforço da liquidez, visando manter a resiliência financeira. Destacam-se a revisão orçamentária com o objetivo de revisão dos investimentos, de redução de despesas e, em determinados casos e quando cabível, o diferimento do pagamento de tributos federais (PIS, COFINS) e do pagamento do FGTS, a suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES (stand still) e outros Bancos de Fomento e a ampliação das linhas de crédito com a contratação de capital de giro para reforço do caixa. - O apoio no combate ao avanço do Coronavírus, com a realização de medidas externas que pudessem (e possam) minimizar os impactos do COVID-19 e contribuir com a sociedade dos municípios onde as investidas atuam, seja direta ou indiretamente. A Administração da AMBIENTIS e das Investidas analisaram os riscos e incertezas relacionados à pandemia de Covid-19, não tendo sido identificados impactos relevantes que requerem ajustes sobre as informações contábeis de 31 de dezembro de 2021. Nos aspectos financeiros, por comparação com o ano de 2021, a VIASOLO teve um ligeiro aumento de sua receita líquida atingindo a marca de R\$ 68.390 mil, frente a R\$57.979 mil no ano anterior.

Resíduos de Suzano/SP, mesmo com todas as dificuldades impostas pela pandemia. A NGP, por consequência, obteve uma receita líquida consolidada de R\$ 10.036 mil, 38,21% superior ao ano anterior. A Companhia segue com a operação do Incinerador e dando sequência às demais fases de implantação da Planta de Gaseificação, tendo avançado com o processo de obtenção das Licenças necessárias e focado na engenharia básica necessária para o futuro empreendimento. Receitas: A empresa, por ser uma holding de investimentos no setor de resíduos, não possui receitas diretas auferidas no período. Equivalência Patrimonial: Em 2021, a Companhia apresentou um resultado de equivalência patrimonial, decorrente dos investimentos detidos, 0,64% maior que em 2020. Esta estabilidade se deu principalmente pelo resultado da VIASOLO que cresceu frente a 2019, saindo de R\$4.296 mil para R\$4.595 mil. A outra investida que reduziu os resultados foi a ESSENCIS MG, que em 2021 apresentou um Resultado de Equivalência de R\$2.597 mil frente ao valor de R\$3.101 mil em 2020. Destaque para a NGP que, através da PCN, conseguiu gerar resultado líquido positivo de R\$ 65 mil. Resultado Financeiro: O resultado financeiro do exercício de 2021 duplicou em relação ao ano anterior. O resultado foi decorrente da remuneração das aplicações financeiras detidas pela empresa. Lucro Líquido: Em 2021 a AMBIENTIS apresentou um lucro líquido de R\$7.027 mil, 5,35% superior ao registrado no ano de 2020. Pelo anteriormente exposto, a composição do lucro líquido da Companhia assenta na equivalência patrimonial de suas investidas. O resultado está em linha com o projetado no Plano de Negócios da empresa, refletindo a capacidade de gestão das participadas e da própria Companhia. Compliance: A AMBIENTIS possui, e dissemina ativamente junto de suas Investidas, um Sistema de Gestão de Compliance e Antissuborno dotado de mecanismos de integridade, em consonância com o cumprimento das leis, com resoluções e recomendações desenvolvidas pela Organização Internacional de Normalização - ISO, com tolerância zero a atos de corrupção, suborno, lavagem de dinheiro, discriminação e comportamentos antiéticos. Em sua governança corporativa, a AMBIENTIS estabeleceu que o Sistema de Gestão exerce efeito direto para o Conselho de Administração, que cabe determinar as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Os mecanismos do Sistema de Gestão visam consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética, da integridade, da tolerância zero ao suborno e mitigação de riscos. A AMBIENTIS segue consolidando e ratificando o cumprimento dos requisitos legais e legislação aplicável e demonstrando, para os seus concorrentes, clientes, parceiros e stakeholders, a importância de um mercado mais íntegro e ético.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Ativo Circulante: Caixa e equivalentes de caixa, Impostos a recuperar, Total do ativo circulante. Ativo não circulante: Partes relacionadas, Investimentos, Total do ativo não circulante, Total do ativo.

Passivo e patrimônio líquido. Passivo circulante: Total do passivo circulante, Passivo não circulante: Partes relacionadas, Capital social, Reserva de capital, Reserva de lucros, Ajuste de avaliação patrimonial, Total patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Saldos em 31 de outubro de 2019, Aumento de capital, Resultado do exercício, Constituição de reserva legal, Constituição de reserva de lucros, Saldos em 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A AMBIENTIS Soluções Ambientais S.A. (Companhia) é uma holding de investimentos e participações focada no Setor de Resíduos, situada na Rua Paraíba, 1.124 - sala 02 - Bairro Savassi - Belo Horizonte - MG, com início de suas operações em março de 2015. A Companhia participa do Setor através de suas investidas, com especial foco nas vertentes de tratamento e gerenciamento, valorização e destinação final de resíduos, públicos e privados. Como é amplamente conhecido, em dezembro de 2019, um surto de uma doença contagiosa - Coronavírus-COVID-19 - começou na China e, desde o início de 2020, se espalhou pela Europa, Estados Unidos e vários outros países, incluindo o Brasil, sendo decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020. O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram a atividade econômica mundial, que por sua vez tiveram algumas implicações nas atividades da Companhia, todavia não foram notados impactos significativos nas operações da Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto em decorrência da pandemia. A Companhia está cumprindo os protocolos de saúde e segurança estabelecidos pelas agências e demais autoridades sanitárias, monitorando a evolução da situação e avaliando, em permanência, o impacto da COVID-19 em seus negócios. 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 25 de abril de 2022. 2.1.1. Base de consolidação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. O controle obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A participação societária da Companhia em coligadas, em 2021, está abaixo indicada:

Participação Direta. Viasolo Engenharia Ambiental 49,00%, Essencis Minas Gerais S.A. 33,33%, Empresa Metropre Tratamento e Resíduos - EMTR 27,50%, NGP Nova Geração Participações S.A. (i) 28,61%, PON Suzano SPE S.A. 50,01%

(i) A Companhia alterou sua participação na NGP Nova Geração Participações S.A., onde houve integralização de ação subscrita, a qual aumentou cerca de 3,29% desde percentual. 2.1.2. Moeda funcional e de apresentação: O resultado e a posição financeira da Companhia estão expressos em milhares de reais, sua moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 2.1.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. 2.2. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo ou passivo financeiro for mensurado subsequentemente a custo amortizado. Para fins de mensuração subsequentemente a custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu reconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamento a fornecedores, depósitos judiciais e outros ativos. Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI"). Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle

do ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendida, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro (ou quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. c) Investimentos: Nas demonstrações contábeis os investimentos em empresas coligadas e controladas em conjunto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos resultados das empresas controladas é reconhecida no resultado do período como receitas (despesas) de equivalência patrimonial. As participações societárias da Companhia estão apresentadas à nota explicativa 2.1.1. d) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados pelo custo de aquisição e posteriormente detingidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela vida útil econômica estimada. Saldo composto pelo ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e de software. Sendo o ágio avaliado anualmente através do teste de impairment. e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment): A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos com propósito de identificar possíveis circunstâncias que possam requerer teste de recuperação para determinados ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impactos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de bens imobilizados e intangíveis possam ser superiores aos valores de recuperação. f) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares aplicadas sobre o lucro tributável, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, sendo que o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma: i) Imposto de renda pessoa jurídica: a alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10%, para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240 mil; ii) Contribuição social sobre o lucro líquido: a alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa de imposto de renda e contribuição social-correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração da Companhia avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar às entidades fiscais. Tributos sobre o lucro - diferidos: O imposto diferido de renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do

saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. Tributos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto: • Quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. g) Provisões: Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. h) Reconhecimento da receita: O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: i) identificação do contrato com o cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes a qual é reconhecida na conclusão do tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, conforme volumes e contraprestações estabelecidas nos respectivos contratos com clientes. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. i) Classificação circulante versus não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. g) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. 2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Caso a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Vida útil dos bens do intangível: Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. b) Impostos diferidos: Impostos diferidos são gerados: (i) por prejuízo fiscal na data do balanço; ou (ii)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Receitas (despesas) operacionais Administrativas, comerciais e gerais, Despesas tributárias, Equivalência patrimonial, Outras receitas (despesas) operacionais, Lucro antes do resultado financeiro, Resultado financeiro líquido, Lucro líquido do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. Tributos sobre serviços: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto: • Quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. g) Provisões: Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. h) Reconhecimento da receita: O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: i) identificação do contrato com o cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes a qual é reconhecida na conclusão do tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, conforme volumes e contraprestações estabelecidas nos respectivos contratos com clientes. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. i) Classificação circulante versus não circulante: A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. g) Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. 2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis: Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Caso a revisão afetar apenas este período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis: a) Vida útil dos bens do intangível: Os ativos intangíveis da Companhia têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. b) Impostos diferidos: Impostos diferidos são gerados: (i) por prejuízo fiscal na data do balanço; ou (ii)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alterações no CPC 26(R1) e CPC 23: Definição de material. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1), CPC 48e (CPC 06(R2)): Reforma da Taxa de Juros de Referência. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em virtude de alterações decorrentes de IFRSs/CPCs novas e revisadas não adotadas antecipadamente pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas à: i) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade; ii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; iii) CPC 27 - Imobilizado - Recursos Antes Pretendidos; iv) CPC 15(R1) - Referência à Estrutura Conceitual.

3. Caixa e equivalentes de caixa: Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações de liquidez imediata.

Caixa e bancos, Aplicações financeiras. 31/12/2021, 31/12/2020. 3, 5, 27, 719, 30, 724

As aplicações financeiras são de curto prazo, de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São remuneradas por taxas variáveis de 98,20% do CDI, tendo como contraparte, bancos de primeira linha.

4. Partes relacionadas: Os saldos finais das transações ocorridas nos exercícios de 2021 e 2020 entre a Companhia e as partes relacionadas são como segue:

Ativo Não circulante, Essencis MG Soluções Ambientais S.A. (i), Total do Ativo. 31/12/2021, 31/12/2020. 419, 2.937, 419, 2.937

Passivo Não circulante, BMPI Infra S.A. (ii), Total do Passivo. 840, 2.000, 840, 2.000

(i) Dividendos a receber. (ii) Dividendos a pagar.

5. Investimentos: a) A composição do investimento está demonstrada a seguir:

Este documento foi assinado digitalmente por Ruy Adriano Borges Muniz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldessinaturas.com.br:443 e utilize o código 3D6E-8C9E-5E25-1D5B.



Continuação >

	2021		2020		2021		2020			
	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimentos	Equivalência patrimonial
Investida										
Viasolo Eng Ambiental S.A. - Capital	49,00	68.756	5.661	33.691	2.774	49,00	60.095	8.767	29.448	4.296
Viasolo Engenharia Ambiental - Ágio				1.879					1.879	
Essencis Minas Gerais S.A.	33,33	45.514	7.468	15.170	2.489	33,33	38.045	9.304	12.680	3.101
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	27,50	45.145	(1.031)	12.415	(283)	27,50	46.176	(1.588)	12.698	(436)
NGP Nova Geração Participações S.A.	28,61	2.114	227	604	120	25,32	1.084	(4)	274	24
NGP Nova Geração Participações S.A. - Ágio				624					526	
				64.383	5.100				57.505	6.985
Investida direta										
Viasolo Eng Ambiental - Capital	29,447		1470	2.774	33.691	29,447			2.774	33.691
Viasolo Engenharia Ambiental - Ágio	1,879				1.879	1,879				1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	12,681			2.489	15.170	12,681			2.489	15.170
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	12,698			(263)	12.415	12,698			(263)	12.415
NGP Nova Geração Participações S.A.	274		210	120	604	274		210	120	604
NGP Nova Geração Participações S.A. - Ágio	526		98		624	526		98		624
Total	57.505		1.778	5.100	64.383	57.505		1.778	5.100	64.383
Investida indireta										
Viasolo Engenharia Ambiental - Capital	22,375			1.104	29.447	22,375			1.104	29.447
Viasolo Engenharia Ambiental - Ágio	1,879				1.879	1,879				1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	9,580				12.681	9,580				12.681
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	13,135				(437)	13,135				(437)
NGP Nova Geração Participações S.A.	103		146		526	103		146		526
NGP Nova Geração Participações S.A. - Ágio	423		103		624	423		103		624
Total	48.495		(308)	1.104	6.985	48.495		(308)	1.104	6.985

b) A movimentação do investimento é a seguinte:

	31/12/2020	Aquisição/ aporte de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2021
Investida direta				
Viasolo Eng Ambiental S.A. - Capital	29.447	1470	2.774	33.691
Viasolo Engenharia Ambiental - Ágio	1.879			1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	12.681		2.489	15.170
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	12.698		(263)	12.415
NGP Nova Geração Participações S.A.	274	210	120	604
NGP Nova Geração Participações S.A. - Ágio	526	98		624
Total	57.505	1.778	5.100	64.383

	31/12/2019	Aquisição/ aporte de capital	Perda na Participação/Investimento	Reversão de Dividendos	Equivalência patrimonial	31/12/2020
Investida direta						
Viasolo Engenharia Ambiental - Capital	22.375	980		1.104	29.447	29.447
Viasolo Engenharia Ambiental - Ágio	1.879				1.879	1.879
Essencis Minas Gerais S.A.	9.580				12.681	12.681
Empresa Metropolitana de Tratamento de Resíduos	13.135				(437)	(437)
NGP Nova Geração Participações S.A.	103	146			526	526
NGP Nova Geração Participações S.A. - Ágio	423	103			624	624
Total	48.495	1.229	(308)	1.104	6.985	57.505

No ano de 2021 a Companhia integralizou capital na empresa NGP Nova Geração Participações S.A e decorrente deste, a sua participação na investida passou para 28,61%, sendo 25,32% em 2020.

6. Patrimônio líquido: 6.1. **Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.681, onde apresenta o saldo a integralizar de R\$ 268 e R\$ 1.270, em 2021 e 2020 respectivamente. O Capital social é composto por 5.680.764 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sem alterações em comparação ao exercício anterior. 6.2 **Reserva de lucros:** A distribuição de lucros obedeceu às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações, exceto quando a assembleia de acionistas deliberar de forma diferente: • 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social; • No exercício de

2021 a Companhia realizou distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.275, sendo R\$ 1.209 referente a dividendos mínimos obrigatório e R\$ 66 dividendos adicionais. Em 2020 não foram distribuídos dividendos. 6.3 **Reserva Legal:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 255, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 o valor constituído de reserva legal foi de R\$ 334.

7. Despesas gerais e administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços contratados	(8)	(8)
Outros	(1)	(1)
Total	(9)	(9)

8. Resultado financeiro líquido:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	7	3
Rendimento de aplicação financeira	7	3
Total Receita Financeiras	7	3
Resultado financeiro líquido	7	3

9. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a) **Gestão de riscos financeiros:** a.1 **Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (de taxa de juros); e (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas.

a) **Risco de mercado:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. (i) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. (ii) **Análise de sensibilidade:** A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Indexador

	31/12/2020	31/12/2021
CDI	274	274

Ativos financeiros

	31/12/2020	31/12/2021
Aplicações financeiras	274	274

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2022, conforme detalhado abaixo: Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2022 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2021, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2021 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2022. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2022 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:

	Ativo	Taxa efetiva em 31/12/2021	Taxa anual estimada p/ 2022	Varição entre taxas	Efeito
Cenário provável					
CDI	27	9,82%	11,50%	1,68%	0,45
Cenário I					
CDI	27	9,82%	14,38%	4,56%	1,20
Cenário II					
CDI	27	9,82%	17,25%	7,43%	2,00

b) Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia opera com instrumentos financeiros, em destaque para aplicações financeiras. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida de acordo com a tabela a seguir:

	Classificação	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	30	724
Partes Relacionadas	Custo amortizado	419	2.937
Passivos financeiros			
Partes Relacionadas	Custo amortizado	840	2.000

c) Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos. Atualmente a Companhia não possui instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo. **d) Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **e) Risco de crédito:** Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. **10. Provisão para riscos:** A Companhia e suas controladas diretas, não são parte em ações judiciais (natureza tributária, trabalhista e cível), processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

Bruno Costa Carvalho de Sena - Diretor Presidente
Alicia Maria Gross Figueiro - Diretora Administrativo Financeiro
Farley Vasconcelos Botelho - Contador CRCMG 84.315/O-8
Pedro Miguel Cardoso Alves - Diretor de Investimentos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/3D6E-8C9E-5E25-1D5B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 3D6E-8C9E-5E25-1D5B



Hash do Documento

SiS3+4U6baKb7C0j7rmVPwUAgepoFBGX0ywnjl8Ss4Q=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2022 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 28/04/2022 21:28 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

